

Em 2019, celebramos trinta anos da Convenção sobre os Direitos da Criança, um instrumento de direitos humanos ratificado em 1989 por 196 países, entre os quais o Brasil, e considerado o mais abrangente tratado em favor da promoção da infância e do seu cuidado. A Convenção estabelece que os Estados Partes devem assegurar a todas as meninas e a todos os meninos, sem nenhuma discriminação, o direito à convivência familiar e com a comunidade, à saúde, à alimentação, ao lazer, entre outros, também, a proteção, o cuidado frente a todas as formas de opressão, de violência e de discriminação, a informação sobre seus direitos e a participação em decisões que afetem suas vidas. Igualmente, cabe assegurar às crianças uma educação escolar que lhes ofereça condições para o desenvolvimento de suas personalidades, habilidades e talentos em seu máximo potencial.

Apesar dos progressos na afirmação desses direitos, como a redução pela metade da mortalidade de crianças menores de cinco anos, conforme dados da Unicef (2019), há em torno de 262 milhões de crianças e adolescentes fora da escola, 650 milhões de adolescentes casadas antes dos dezoito anos de idade e, aproximadamente, 300 mil crianças mortas anualmente por problemas de saúde associados à qualidade da água, à falta de saneamento e às condições de higiene. Da mesma forma, ainda que as últimas décadas registrem progressos em todos os indicadores relacionados à educação - acesso, permanência e aprendizagem -, segundo a Unicef Brasil (2019), em diversas latitudes, um grande contingente de crianças de populações mais vulneráveis permanece fora da escola. Respostas a esse problema histórico não se limitam ao acesso à instrução, mas remetem à oferta de uma escola com processos educativos qualificados.

http://dx.doi.org/10.5335/rep.v27i2.11418

Nesse contexto de chamamento às responsabilidades, o qual implica validar/ avaliar as políticas públicas vigentes e reconhecer/enfrentar os desafios à implementação dessas políticas, o que cabe a uma comunidade intelectualmente preparada e cientificamente comprometida com uma educação de qualidade para todos? Nada menos do que um protagonismo responsável, alicercado na pesquisa e sintonizado com a sua natureza de participação transformadora da realidade.

O dossiê Infância e Cidadania testemunha a atuação ética, política, social, educacional e científica de uma comunidade de investigadores, representativos desse compromisso, ao mesmo tempo em que participa da difusão de conhecimentos produzidos por pares em pesquisas com crianças. Por que com crianças e não sobre crianças? Porque tais estudos se apresentam alinhados com o paradigma da participação infantil, o qual, para além de defender a infância como uma construção social, considera as crianças atores cuja voz torna evidentes sua percepção do mundo, as condições de estar no mundo e os desejos que embalam a sua presença ativa no mundo. Este número é, portanto, não somente sinal do compromisso de uma comunidade de investigadores com essa perspectiva, mas de um veículo – a Espaço Pedagógico – sensível às demandas de seu tempo e que não mede esforcos para que a voz dos pequenos seja escutada, considerada, admirada e potencializada.

Além disso, Infância e cidadania traz a voz de pesquisadores e intelectuais de Inglaterra, Portugal e Moçambique, e, também, brasileiros, que não abdicam de acionar conhecimentos em profunda relação com vários campos do conhecimento e consideram imprescindível a presença da referência adulta para que sejam universalizadas as condições à cidadania da criança. No conjunto dos doze (12) textos que compõem este dossiê, estão presentes conceitos interdisciplinares de áreas como educação, antropologia e saúde, boa parte delas em diálogo com a Sociologia da Infância, a qual constitui um campo epistemológico emergente, com potencial contribuição para o debate público e político da infância e para o empoderamento das crianças e contínua revisão sobre o sentido de "ser" humano (PROUT. 2019).

No artigo Childhood and citizenship: the viewpoint of the 21st century, Tom Cockburn, referência nos estudos europeus sobre a cidadania infantil e outros temas relacionados à infância e à juventude, problematiza a última parte do século XX, o qual testemunhou um reconhecimento crescente das reivindicações de cidadania das crianças. Incursões significativas foram feitas em relação aos direitos da criança, colocadas na agenda global pela Convenção das Nações Unidas para os Direitos da Criança (UNCRC) em 1989. O campo acadêmico dos estudos da infância respondeu a esse movimento social problematizando modelos convencionais de cidadania e modelos que seriam adequados para o propósito de serem aplicados às crianças. No artigo, o autor descreve e analisa os principais aspectos da abordagem dos estudos da infância para se (re)conhecer as crianças e a sua cidadania no século XX e XXI.

Sobre crianças camponesas é o ensaio teórico de Franciele Clara Peloso, professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Pato Branco, e de Najela Tavares Ujiie, professora da Universidade Estadual do Paraná, intitulado *Infâncias e diretos na contemporaneidade: em foco as crianças do campo*. Nele, as autoras apresentam estudos sobre as infâncias e as crianças, seus direitos e a constituição de suas identidades. O texto aborda a pluralidade de espaços em que a infância acontece e problematiza a condição das experiências das crianças nesses espaços, em sua concretude histórica.

Esse contexto do jogo é o pano de fundo do artigo Bullying escolar: a (in)visibilidade do fenômeno e dos protagonistas crianças, de Rosana Coronetti Farenzena, docente da Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, colaboradora do CIEC, membro da Rede Pikler Brasil e uma das coordenadoras do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Infância (UPF). Nele, ela apresenta resultados de um estudo qualitativo sobre o bullying escolar, desenvolvido com três turmas – pré-escola, 1º e 3º ano – de uma escola de educação básica portuguesa. Evidencia que práticas de bullying são comuns nas três turmas e poucas vezes são percebidas pelos adultos. Nelas, as crianças exercem papeis de agressoras e de vítimas, sendo que essas últimas ocupam um lugar social de incapacidade e de não pertencimento. Já os agressores habituais evidenciam impossibilidade de uma participação lúdica em jogos e brincadeiras, já que participar em jogos e brincadeiras é uma condição determinante à pertença e evita possível vitimização. A pesquisa evidenciou que pertencer à etnia cigana é um fator automático de discriminação e que as crianças são capazes de uma leitura profunda e propositiva do contexto institucional. A autora propõe que o modelo de escolarização, alheio às crianças concretas e ao seu direito de participação, seja dura e expressamente questionado.

A professora Ivone Maria Mendes Silva, da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim/RS, e Simone Cristina Dalbello da Silva, assistente social do município de Concórdia/SC, por meio do artigo O encontro intergeracional entre crianças e idosos como espaço de construção de cidadania na infância, apresentam reflexões sobre como a educação das novas gerações, para a participação cidadã na vida social, pode ser fomentada por projetos que promovam encontros intergeracionais entre crianças e idosos, intensificando a construção da cidadania, com um

olhar integral sobre a vida humana e modos de conhecer e intervir na realidade local.

Katia Adair Agostinho, professora da Universidade Federal de Santa Catarina, apresenta em seu artigo, A docência na educação infantil com a participação das crianças, a possibilidade de construção de um projeto democrático e emancipador na educação das crianças, ao considerá-las como sujeitos de direitos e produtoras de sentido e, também, ao conceber a docência como um processo intencional e aberto a apreender o conteúdo expressado-comunicado pelas crianças. Nos desdobramentos da reflexão feita pela autora, fica o desejo de produção e consolidação de uma sociedade com direitos sociais, tendo a escola como espaço democrático.

De Moçambique vem o artigo Participar não é só fazer activismos: olhares de criancas e adolescentes mocambicanos, de Elena Colonna, docente da Universidade Eduardo Mondlane. O texto traz resultados de uma pesquisa de natureza participativa, realizada em três contextos de Moçambique e financiada pela Unicef daquele país. A autora analisa as oportunidades e as barreiras para a participação que crianças e adolescentes encontram nos seus contextos de vida quotidiana, em nível individual, nas relações de pares e na família. Seus estudos indicam que, apesar dos desafios enfrentados, a expressão individual, as amizades e o contexto familiar a que são sujeitas as crianças representam espaços significativos para exercer a sua agência e participar, no sentido de "tomar parte em" e sentir-se incluídos. Para as crianças e os adolescentes envolvidos na pesquisa, participar não é apenas o envolvimento em atividades e contextos formalmente reconhecidos como tendo um impacto na vida social, mas sim, um exercício quotidiano, que começa em si mesmos, da forma individual de expressar-se e apresentar-se ao mundo, e chega até a escola, à comunidade e à sociedade em geral, passando pelas relações interpessoais com os amigos e os familiares.

Apresenta-se o artigo de Inês Peixoto da Silva, professora convidada da Universidade do Minho, Ana Isabel Silva, doutora em estudos da criança, e Beatriz Pereira Oliveira, professora catedrática da Universidade do Minho, todas membros do CIEC, - Como se relacionam as crianças em contexto de jogo? Um estudo realizado em crianças do 1º ciclo –, decorre de pesquisa financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto do CIEC (Centro de Investigação em Estudos da Criança da Universidade do Minho). As autoras apresentam os resultados de uma pesquisa que buscou compreender como as crianças do 1º e do 3º ano de uma escola portuguesa de educação básica relacionam-se em contexto de jogo. A maioria delas, independentemente do gênero e ano de escolaridade, é capaz de tra-

balhar em equipe, de interagir facilmente com os pares e de ter em consideração as ideias e os objetivos dos elementos do grupo. Esses resultados reafirmam o valor de vivências de jogo em contexto escolar para promover, de forma participativa, competências sociais essenciais ao desenvolvimento emocional e social das criancas.

O brincar volta a ganhar espaço no ensaio bibliográfico de Daniele Vanessa Klosinski, doutoranda do PPGEdu da Universidade de Passo Fundo e professora da Faculdade Anglicana de Erechim/RS, e Adriana Salete Loss, professora da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim. Educação infantil: espaço do brincar e da interação da criança problematiza a condição subjetiva da criança como sujeito num contexto fortemente influenciado pelos pressupostos neoliberais e aponta para uma reflexão sobre os direitos de aprendizagem por meio do brincar. Intenciona pensar em territórios de experiência, de socialização, criatividade, considerados como espaço de vida coletiva.

Já nos estudos desenvolvidos por Maria Letícia Nascimento e Carolina Grandino Pereira de Morais, da Universidade de São Paulo, os quais subsidiam o artigo (In)Visibilidade das crianças imigrantes na cidade de São Paulo: questões para pensar a cidadania da pequena infância, postula-se que considerar as crianças pequenas sujeitos sociais ainda é um desafio posto à sociedade. Essa necessidade cresce em complexidade quando o que está em causa são as pequenas crianças imigrantes, uma vez que são estranhas aos adultos, porque se veem num contexto diverso daquele que conhecem, porque idioma, hábitos culturais, modos de fazer as coisas são diferentes e, muitas vezes, ignorados ou depreciados. Dados de 2017, de escolas de educação infantil da rede municipal de São Paulo, levantados pelas autoras, mostram que, em 2017, estavam matriculadas nas escolas municipais 4.749 crianças, oriundas de mais de dezesseis países. Parece constituir um grande desafio torná-las visíveis, porque são crianças pequenas e são imigrantes. A pesquisa é um caminho para conhecê-las e uma possibilidade de trazer à luz práticas, procedimentos e relações diversas das e com as crianças.

Marlene Mendes Barra, colaboradora do CIEC, atuante no Centro de Recursos para Cooperação e Desenvolvimento da Uminho e está envolvida em programas educacionais com Guiné-Bissau e Timor Leste, e Manuela Pinto Sampaio, doutora em Estudos da Criança e professora do Instituto Superior de Ciências Educativas do Douro, tem como mote de seu artigo - Contributo para a geodesia das culturas da infância: brincadeiras na latitude 0° e 41° - uma exposição fotográfica sobre as brincadeiras das crianças de São Tomé e Príncipe (latitude 0º) e as brincadeiras das crianças de Portugal (latitude 41º) com vistas a refletir sobre a promoção universal do direito a brincar e à plena participação cultural das crianças nas suas sociedades, expressos nos itens 1 e 2 do artigo 31º, da Convenção dos Direitos da Criança de 1989, respectivamente. Na análise das brincadeiras produzidas pelos pequenos, é possível o (re)conhecimento dos lugares a partir dos quais as crianças veem o mundo e atribuem significado ao que os rodeia; ou seja, pode-se realizar o mapeamento dos tempos, lugares e das formas como se cruzam o mundo adulto e o mundo infantil ou como são constituídas as culturas da infância. Aqui se sugere que proclamar, respeitar e promover o direito universal da criança a brincar só terá sentido se todos os esforços para a concretização desse direito se basearem na ideia de localização das brincadeiras das crianças.

O artigo Literatura infantil negra como releitura e reescrita de corpos, visões de si e de mundo, de Simone dos Santos Pereira e Iracena Santos do Nascimento, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, deriva de uma pesquisa realizada em uma Escola Municipal de Educação Infantil de São Paulo (SP), durante a qual foram observadas práticas de leitura de textos de literatura infantil, entre os quais Omo-oba: histórias de princesas e O mundo no black power de Tayó 31. Tais obras, que remetem às matrizes africanas e ao empoderamento do corpo feminino negro, são analisadas pela autora. Com base nisso, ela reafirma seu pressuposto basilar, a saber: as narrativas podem atuar na subjetividade do leitor, na medida em que oferecem aos sujeitos as múltiplas vozes que constituem o mundo, ampliando as compreensões de si mesmos.

A narrativa também está presente na pesquisa realizada por Keylla Rejane Almeida Melo, professora da Universidade Federal do Piauí, e Iara Vieira Guimarães, professora da Universidade Federal de Uberlândia, concebida aqui como estratégia metodológica. No artigo Participação infantil na escola do campo: narrativas produzidas em contexto de pesquisa com crianças, as autoras discutem a participação de crianças em escolas de campo de duas comunidades rurais do Piauí (BR) e os sentidos produzidos por elas sobre suas escolas. Observam as pesquisadoras que é urgente a participação das crianças em instâncias decisórias da escola, uma vez que elas podem contribuir para a (re)construção do ambiente educativo ao assumir o lugar de protagonistas de suas experiências.

Fazem parte do número da revista dois artigos de fluxo continuo: o artigo de Renato Flávio Santos; Andréia Osti e Neide Cunha A escrita do gênero textual poema no ensino fundamental I e o artigo de Elmo de Souza Lima, Arte e educação nas escolas do campo: do reconhecimento das tradições à releitura crítica do mundo.

Esses trabalhos ganham coroamento na secão Entrevista e na secão Resenha. Na primeira delas, encontra-se a entrevista concedida por Francesco Tonucci à professora Rosana Coronetti Farenzena (UPF). Nela, Tonucci apela para não esquecermos a infância e seu legado, como o de não trair as expectativas e necessidades das crianças que se encontram na vida de pais, professores ou simplesmente como adultos. Esquecer a infância é repetir com os filhos, crianças, alunos, vizinhos, pacientes... tudo o que não foi compreendido quando criança e fez sofrer: brinque menos do que o necessário, coma o que não gosta, etc. A participação real das crianças só ocorrerá se quem estiver no poder, o prefeito, o diretor da escola, o chefe do hospital... sentir necessidade e urgência de conhecer a opinião, o ponto de vista das criancas.

Já a resenha produzida por Andréia Mendiola Marcon, doutoranda do PPGEdu, da Universidade de Passo Fundo, e professora do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Sul, campus Sertão, versa sobre a belíssima e influente obra Imaginação e criação na infância, de Lev Semionovitch Vigotski.: Ela teve sua primeira edição em 1930, na União Soviética e foi traduzida para o Português no Brasil em 2009 pela extinta editora Ática e publicada, novamente em 2018 pela editora Expressão Popular, com a tradução de Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. Os temas e conceitos abordados pelo autor resultam de seus estudos sobre a imaginação e a criação como elementos essenciais para a construção do conhecimento científico, artístico e cultural pelo sujeito, o que sugere intensas e fecunda reflexões sobre as experiências das crianças.

Como se pode notar, autores e organizadores empenharam-se em apresentar aos leitores e às leitoras um conjunto de reflexões que permitem reconhecer que a categoria infância tem a sua historicidade, a sua concretude, a sua dinâmica e que aponta para a necessidade de zelar pela conquista permanente e consolidação dos direitos das crianças. Perguntado sobre a mensagem que gostaria de deixar aos leitores deste número da Revista Espaço Pedagógico, Francesco Tonucci enuncia algo que diz muito sobre o que impeliu as organizadoras a um percurso de tornar possível a confluência de todos esses trabalhos – as necessidades das crianças e os direitos das crianças – e que, com certeza, encerra de maneira lapidar esta apresentação. Segundo ele,

[...] o que meninos e meninas precisam de seus pais, professores e prefeitos, são coisas que custam pouco ou não custam nada e são o resultado de carinho e confiança. Eles precisam que os pais entendam suas necessidades e os ajudem a encontrar seu caminho na vida.

Que os pais confiem em suas habilidades e os deixem sair de casa para brincar com seus amigos, em vez de matriculá-los em muitos cursos da tarde que custam dinheiro e são de pouca utilidade. Eles precisam de seus professores para ajudá-los a desenvolver suas vocações, a usar seus idiomas favoritos para encontrar e desenvolver sua vocação. Isso lhes permite tardes livres, fins de semana e feriados sem dever de casa, para exercer o direito de jogar garantido pelo artigo 31 da Convenção. Eles precisam que seus prefeitos devolvam o espaço público que hoje é quase completamente entregue aos carros, porque esse é o espaço certo para seus jogos. As cidades poderiam economizar o dinheiro necessário para equipar espacos de recreação para permitir que as crianças decidissem quando, onde e como brincar [...]. Eles estão esperando há trinta anos que os compromissos assumidos com a Convenção sobre os Direitos da Criança sejam respeitados!

Boa leitura!

Adriana Bragagnolo Adriana Dickel Rosana Coronetti Farenzena

Organizadoras

Referências

PROUT, Alan. In defense of interdisciplinary childhood studies. Children & Society, v. 33, 2019, p. 309-3015.

UNICEF. For every child, every right: the convention on the rights of the child at a crossroads. UNICEF, New York, 2019.

UNICEF BRASIL. 30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança. UNICEF Brasil, novembro de 2019.